

UGT vota contra proposta de revisão laboral, mas abre caminho à continuidade da negociação

[Cátia Mateus](#)

A UGT aprovou esta quinta-feira uma resolução de rejeição ao anteprojeto “Trabalho XXI”, apresentado pelo Governo. A proposta foi votada pelo órgão executivo máximo da central sindical, o Secretariado Nacional, ao fim de quase nove meses de negociação e mais de 50 reuniões entre Governo, patrões e a UGT.

A proposta inicial do Governo, apresentada em julho do ano passado, sofreu várias alterações ao longo do intenso processo negocial com os parceiros sociais. Apesar da aproximação de posições alcançada em várias matérias críticas, o consenso continua longe de ser alcançado. A central sindical fala numa “ainda insuficiente aproximação negocial” e afirma que “a proposta não permite ainda alcançar consenso”, mas mantém aberta a porta da negociação.

Eram várias as matérias que opunham a UGT ao Governo e às confederações patronais. Mas o maior foco de tensão negocial esteve sempre em torno das “traves mestras” da proposta do Executivo e das “linhas vermelhas” da UGT. Entre elas o alargamento da duração e âmbito da contratação a termo, a flexibilização dos despedimentos, a reversão da limitação ao *outsourcing*, o regresso do banco de horas individual e a generalização da possibilidade de não reintegração de trabalhadores despedidos de forma ilícita pelo empregador.

O Governo fez evoluir a sua proposta nestas matérias para tentar viabilizar um entendimento com a UGT, mas a reformulação da proposta original em alguns destas temas [não ainda foi suficiente](#) para alterar o cenário inicial de rejeição da UGT ao diploma e viabilizar o “sim” a um acordo.

A ministra do Trabalho, Rosário Palma Ramalho, foi sublinhando que a proposta do Governo chegaria ao Parlamento, mesmo sem acordo em concertação social. Num cenário de acordo, a proposta de lei que a ministra remeteria ao Parlamento traduziria o entendimento alcançado entre os parceiros sociais. Sem acordo, o Governo comprometeu-se a enriquecê-la apenas com os contributos recebidos que entenda relevantes.

À saída da reunião desta segunda-feira com os parceiros sociais, Rosário Palma Ramalho chegou a referir que Governo, patrões e a UGT tinham chegado “a um nível de construção da proposta (...) que exige agora que cada estrutura consulte os seus órgãos e os seus associados”. Uma consulta que apontou como [”definitiva”, dando por terminado o processo negocial](#) e remetendo para a derradeira reunião plenária da Comissão Permanente de Concertação Social, “a ser marcada em breve”, em que o dossiê do anteprojeto “Trabalho XXI” deverá ser formalmente concluído para ser remetido ao Parlamento. Algo que o próprio primeiro-ministro, Luís Montenegro, já sublinhou que [deverá acontecer “nas próximas semanas”](#).

Contudo, na resolução aprovada esta quinta-feira, por unanimidade, a UGT manifesta a intenção de prosseguir as negociações. “A UGT e os seus sindicatos afirmam, desde já, que continuarão o seu trabalho por uma legislação laboral mais justa, mais inclusiva, que responda aos desafios do presente e do futuro do trabalho, com uma negociação coletiva e sindicatos mais fortes e dinâmicos, continuando a apresentar propostas em processo negocial”, aponta.

Já esta quarta-feira, em declarações ao Expresso, Pedro Roque, secretário-geral dos Trabalhadores Social Democratas (TSD), a segunda ala com maior representação na UGT, [defendia a continuidade das negociações](#), mesmo num cenário de recusa da proposta esta quinta-feira pela central-sindical.

Também o Presidente da República dizia esperar que, caso a UGT rejeitasse o acordo esta quinta-feira, o processo negocial não terminasse. “Sou um homem de esperança. Espero que o diálogo nunca falte”, afirmou António José Seguro em declarações aos jornalistas, à margem de uma visita a uma estrada danificada pelo temporal, em Penela, distrito de Coimbra, no âmbito da Presidência Aberta que está em curso.

Já o primeiro-ministro, Luís Montenegro, colocou pressão sobre a UGT, referindo que seria [“indesculpável”](#) que o país não aproveitasse a oportunidade para avançar na reforma da legislação laboral.